

SUMÁRIO

ÚLTIMA PROVA DE SOLDADO	11
ÚLTIMA PROVA DE OFICIAL	19
LÍNGUA PORTUGUESA	27
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	27
→ FATOS DA LÍNGUA PORTUGUESA (PORQUE, POR QUE, PORQUÊ E POR QUÊ; ONDE, AONDE E DONDE; HÁ E A ETC.).....	28
→ ACENTUAÇÃO.....	29
→ USO DO HIFEN	29
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	29
→ SUBSTANTIVO	29
→ ADJETIVO	31
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	32
→ LOCUÇÃO VERBAL.....	33
→ PRONOMES PESSOAIS.....	34
→ PRONOMES INDEFINIDOS.....	34
→ PRONOMES RELATIVOS.....	34
→ PREPOSIÇÃO.....	35
→ CONJUNÇÃO.....	35
→ QUESTÕES VARIADAS DE CLASSE DE PALAVRAS.....	36
→ FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO.....	37
→ SUJEITO	37
→ TERMOS INTEGRANTES (OBJETO DIRETO E INDIRETO, COMPLEMENTO NOMINAL E AGENTE DA PASSIVA).....	37
→ TERMOS ACESSÓRIOS (ADJUNTO ADNOMINAL, ADJUNTO ADVERBIAL E APOSTO). VOCATIVO	38
→ ORAÇÕES COORDENADAS	39
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS	39
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS	39
→ ORAÇÕES REDUZIDAS	39
→ FUNÇÕES SINTÁTICAS DOS PRONOMES RELATIVOS	39
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES ETC.)	39

→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	40
→ CRASE.....	40
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	41
→ VARIAÇÕES DA LINGUAGEM: NÃO VERBAL, REGIONAL, HISTÓRICA, CONTEXTUAL. NEOLOGISMOS E ESTRANGEIRISMOS	42
→ LINGUAGEM FORMAL E INFORMAL	42
→ FIGURAS DE LINGUAGEM	43
→ VÍCIOS DE LINGUAGEM (PLEONASMO, AMBIGUIDADE, CACOFONIA ETC.)	45
→ FUNÇÕES DA LINGUAGEM (EMOTIVA, APELATIVA, POÉTICA, DENOTATIVA ETC.).....	45
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO).....	47
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	71

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO77

→ TIPOS DE VARIÁVEIS. MEDIDAS ESTATÍSTICAS RELACIONADAS A CADA TIPO DE VARIÁVEL	77
→ FORMAS GRÁFICAS DE APRESENTAÇÃO DE DADOS AGRUPADOS POR VALOR.....	77
→ DADOS AGRUPADOS EM CLASSE	78
→ MÉDIA PARA DADOS NÃO AGRUPADOS	79
→ MÉDIA PARA DADOS EM CLASSE.....	80
→ MÉDIA PONDERADA	81
→ QUESTÕES MESCLADAS DE MEDIDAS DE POSIÇÃO	81
→ COEFICIENTE DE VARIAÇÃO E VARIÂNCIA RELATIVA	82
→ PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA.....	82
→ PROBABILIDADE DA INTERSECÇÃO	82
→ ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS.....	82
→ OPERAÇÕES COM NÚMEROS DECIMAIS.....	82
→ EXPRESSÕES ARITMÉTICAS.....	83
→ EXPRESSÕES ALGÉBRICAS.....	83
→ ANÁLISE COMBINATÓRIA (PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA CONTAGEM, ARRANJOS, COMBINAÇÕES, PERMUTAÇÕES)	83
→ PORCENTAGEM.....	83
→ PROPORÇÕES. GRANDEZAS PROPORCIONAIS. DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS	85
→ REGRA DE TRÊS COMPOSTA.....	85
→ UNIDADES DE MEDIDA (DISTÂNCIA, MASSA, VOLUME, TEMPO ETC.)	85
→ PRODUTOS NOTÁVEIS.....	86
→ EQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU	86
→ EQUAÇÕES DE SEGUNDO GRAU E EQUAÇÕES BIQUADRADAS	86
→ FUNÇÃO DE SEGUNDO GRAU	86
→ INEQUAÇÕES DE SEGUNDO GRAU	86
→ FUNÇÃO EXPONENCIAL E INEQUAÇÕES EXPONENCIAIS.....	87
→ FUNÇÃO LOGARÍTMICA E INEQUAÇÕES LOGARÍTMICAS	87
→ SISTEMAS LINEARES	87

→ POLINÔMIOS E EQUAÇÕES POLINOMIAIS. EXPANSÃO DE BINÔMIOS. TRIÂNGULO DE PASCAL	87
→ GEOMETRIA ANALÍTICA.....	87

INGLÊS 89

→ GRAMÁTICA (INGLÊS).....	89
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	89
→ VOCABULÁRIO E TRADUÇÃO (INGLÊS)	91

DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS 93

→ PODER CONSTITUINTE (ORIGINÁRIO, DERIVADO, REFORMADOR, REVISOR, DECORRENTE ETC.).....	93
→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º, DA CF, DE 1988)	93
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (5º, DA CF, DE 1988).....	94
→ MANDADO DE INJUNÇÃO	96
→ HABEAS DATA.....	96
→ QUESTÕES MESCLADAS DE REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	96
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)	97
→ EXTRADIÇÃO, DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E BANIMENTO (DA NACIONALIDADE)	97
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	97
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA — ARTS. 37 E 38, DA CF, DE 1988).....	97
→ DO PRESIDENTE E VICE PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 76 A 83, DA CF, DE 1988).....	98
→ DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL — STF (ARTS. 101 A 103, DA CF, DE 1988).....	98
→ ESTADO DE DEFESA E DE SÍTIO (ARTS. 136 A 141, DA CF, DE 1988)	98
→ FORÇAS ARMADAS (ARTS. 142 E 143, DA CF, DE 1988).....	98
→ SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144, DA CF, DE 1988).....	99
→ CONTROLE DIFUSO (INCIDENTAL OU INCIDENTER TANTUM).....	100
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 20 A 39, DA CEMG).....	100
→ DOS MILITARES DO ESTADO (ART. 39, DA CEMG)	100
→ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH)	100
→ DEVERES DOS ESTADOS E DIREITOS PROTEGIDOS (ARTS. 1º A 32, DA CIDH-OAS).....	101

DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL 105

→ PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE.....	105
→ ERRO DE TIPO.....	105
→ CONSUMAÇÃO.....	105
→ CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ILICITUDE E SUAS EXCLUDENTES.....	105
→ ESTADO DE NECESSIDADE	106
→ LEGÍTIMA DEFESA	106
→ ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL.....	106
→ IMPUTABILIDADE PENAL	106
→ CONCURSO DE PESSOAS.....	107

→ CLASSIFICAÇÕES DOS CRIMES	107
→ PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE (ESPÉCIES, REGIMES, PROGRESSÃO).....	107
→ CONCURSO DE CRIMES	108
→ HOMICÍDIO (ART. 121, DO CP).....	108
→ DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE (ARTS. 130 A 136, DO CP)	109
→ DOS CRIMES CONTRA A INVIOABILIDADE DE DOMICÍLIO (ART. 150, DO CP)	109
→ DO FURTO (ARTS. 155 E 156, DO CP).....	109
→ DO ROUBO E DA EXTORSÃO (ARTS. 157 A 160, DO CP)	110
→ QUESTÕES MESCLADAS SOBRE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	110
→ DOS CRIMES SEXUAIS CONTRA VULNERÁVEL (ARTS. 217-A A 226, DO CP)	110
→ FUNCIONÁRIO PÚBLICO PARA FINS PENAIIS (ART. 327, DO CP).....	110
→ PECULATO (ART. 312, DO CP)	111
→ VIOLAÇÃO DE SIGILO FUNCIONAL (ART. 325, DO CP).....	111
→ QUESTÕES MESCLADAS SOBRE CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	111
→ INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23, DO CPP)	111
→ TEORIA GERAL DA PROVA PENAL (ARTS. 155 A 157, DO CPP)	112
→ DA BUSCA E APREENSÃO (ARTS. 240 A 250, DO CPP).....	112
→ QUESTÕES MESCLADAS SOBRE A PROVA (ARTS. 155 A 250, DO CPP)	112
→ DA PRISÃO EM FLAGRANTE (ARTS. 301 A 310, DO CPP)	113
→ DA PRISÃO PREVENTIVA (ARTS. 311 A 316, DO CPP)	113
→ DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO (ARTS. 319 A 320, DO CPP).....	113
→ QUESTÕES MESCLADAS SOBRE PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA (ARTS. 282 A 350, DO CPP)	113
→ HABEAS CORPUS (ARTS. 647 A 667, DO CPP).....	114
→ RESOLUÇÃO CNJ Nº 213, DE 2015 — APRESENTAÇÃO DE PESSOA PRESA À AUTORIDADE JUDICIAL NO PRAZO DE 24 HORAS	114

DIREITO ADMINISTRATIVO117

→ ORIGEM, CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	117
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	117
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO).....	118
→ TÓPICOS MESCLADOS DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	118
→ PODER REGULAMENTAR.....	118
→ TÓPICOS MESCLADOS DE PODERES DA ADMINISTRAÇÃO.....	118
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	118
→ RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	118
→ TÓPICOS MESCLADOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	119
→ TÓPICOS MESCLADOS DE CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO	119
→ TÓPICOS MESCLADOS DE AGENTES PÚBLICOS	119
→ REQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA	119
→ TÓPICOS MESCLADOS SOBRE INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA.....	120

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE	121
→ DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ECA, ARTS. 1º AO 6º).....	121
→ DA FAMÍLIA SUBSTITUTA: GUARDA, TUTELA E ADOÇÃO (ECA, ARTS. 28 AO 52-D)	121
→ DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS (ECA, ARTS. 245 AO 258-C).....	121
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º AO 7º, DA LEI Nº 10.741, DE 2003)	121
→ TÓPICOS MESCLADOS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS (LEI Nº 10.741, DE 2003).....	122
→ TÓPICOS MESCLADOS DA LEI Nº 10.741, DE 2003	122
→ LEI Nº 8.072, DE 1990 — CRIMES HEDIONDOS	122
→ LEI Nº 9.455, DE 1997 — CRIMES DE TORTURA.....	123
→ DO REGISTRO (ARTS 3º AO 5º, DA LEI Nº 10.826, DE 2003)	123
→ DO PORTE (ARTS 6º AO 11, DA LEI Nº 10.826, DE 2003).....	124
→ DOS CRIMES E DAS PENAS (ARTS. 12 AO 21, DA LEI Nº 10.826, DE 2003).....	124
→ DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (ARTS. 5º A 7º, DA LEI Nº 11.340, DE 2006).....	124
→ DA ASSIST. À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉST./FAMILIAR (ARTS. 8º A 12, DA LEI Nº 11.340, DE 2006)	125
→ DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (ARTS. 18 A 24-A, DA LEI Nº 11.340, DE 2006)	125
→ TÓPICOS MESCLADOS DA LEI Nº 11.340, DE 2006	126
→ DA PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO, ATENÇÃO E REINserÇÃO SOCIAL (ARTS. 18 A 30, DA LEI Nº 11.343, DE 2006)	126
→ DISPOSIÇÕES GERAIS E DOS CRIMES (ARTS. 31 A 47, DA LEI Nº 11.343, DE 2006)	126
→ LEI Nº 12.850, DE 2013 (ANTIGA LEI 9.034, DE 1995) — CRIME ORGANIZADO	126

ÚLTIMA PROVA DE SOLDADO

Prezado(a) estudante,

Disponibilizamos aqui a última prova da PM MG para o cargo de Soldado. Com o objetivo de otimizar seus estudos, informamos que, em razão das alterações que o edital sofreu neste ano, foram mantidas aqui apenas as questões que cobraram assuntos que estão presentes no edital atual, para o qual você está estudando.

1. (CRS PM MG – 2021) Segundo o art. 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa INCORRETA:

- A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, sendo irrelevante a ocorrência de dano.
- A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

2. (CRS PM MG – 2021) Segundo o art. 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa INCORRETA:

- Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime político ou de opinião, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- A lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.
- O preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado. Tendo direito também à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
- Conceder-se-á habeas-corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

3. (CRS PM MG – 2021) Com base na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, NÃO é privativo de brasileiro nato o cargo:

- de Oficial das Forças Armadas.
- de Vice-Presidente da República.
- de Ministro de Estado da Defesa.
- de Ministro do Superior Tribunal Militar.

4. (CRS PM MG – 2021) Analise o breve relato abaixo, considerando apenas as informações nele contidas, e assinale, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a alternativa CORRETA:

“Anneliese nasceu no Brasil, filha de dois holandeses. Passados pouco mais de cinco anos vivendo no país, mudou-se para a Holanda com a família, onde viveu por mais de treze anos, e, posteriormente, já atingida a maioridade, resolveu retornar ao Brasil. Depois de mais dez anos vivendo em uma pequena cidade do sul do país, Anneliese se casou com um brasileiro, com quem teve dois filhos. Contando, ao todo, mais de quinze anos de residência no Brasil, e desejando ficar no país de modo permanente, ela, então, decidiu requerer a nacionalidade brasileira.”

Diante disso, Anneliese:

- Será considerada brasileira naturalizada.
- Será considerada brasileira naturalizada, mas somente se não tiver nenhuma condenação penal.
- Não terá a nacionalidade brasileira, uma vez que os quinze anos de residência exigidos pelo texto constitucional devem ser ininterruptos.
- Será considerada brasileira nata.

5. (CRS PM MG – 2021) Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa INCORRETA:

- Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- Compete aos juízes de direito do juízo militar processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, cabendo ao Conselho de Justiça, sob a presidência de juiz de direito, processar e julgar os demais crimes militares.
- Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei, inclusive naqueles praticados contra a vida de civis, e as ações judiciais contra atos disciplinares militares.
- A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes.

6. (CRS PM MG – 2021) Considerando a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, julgue as assertivas abaixo segundo sua veracidade, e assinale a alternativa CORRETA:

- É garantido ao servidor público civil e militar o direito à livre associação sindical.
- A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- O militar alistável é elegível. Se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade e, se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

- IV. As polícias militares e os corpos de bombeiros militares subordinam-se hierarquicamente ao Exército
- Todas as assertivas são verdadeiras.
 - As assertivas I e IV são falsas.
 - As assertivas I e III são falsas.
 - Apenas uma assertiva é falsa.

7. (CRS PM MG – 2021) Nas assertivas abaixo, marque (V) se for verdadeira e (F) se for falsa, em relação ao contido na Lei nº 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e dá outras providências:

- A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeito de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis, sendo dever de todos velar pela dignidade da criança e adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.
- Os crimes definidos no ECA são de Ação Pública Condicionada a representação do ofendido ou de seus representantes legais.
- Considera-se crime previsto no ECA "privar a criança ou adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão, mesmo em estado de flagrante de ato infracional ou existindo ordem escrita da autoridade judiciária competente".
- Constitui Infração Administrativa prevista no ECA o ato de "hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congênere".

Marque a alternativa que contém a sequência CORRETA de respostas, na ordem de cima para baixo:

- V, V, F, V.
- V, F, F, F.
- F, V, V, F.
- V, F, F, V.

8. (CRS PM MG – 2021) No que diz respeito às normativas referentes ao crime, segundo o Decreto-Lei nº 2848/1940, que institui o Código Penal Brasileiro, marque a alternativa CORRETA:

- Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- A superveniência de causa relativamente independente não exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou.
- O crime tentado ocorre quando o agente, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução da ação delituosa.
- O resultado, de que depende a existência do crime, não é imputável a quem lhe deu causa.

9. (CRS PM MG – 2021) No que diz respeito ao crime e à ilicitude, conforme normatizado no Decreto-Lei nº 2848/1940, que institui o Código Penal Brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

- Observados os requisitos necessários à legítima defesa previstos no art. 25, caput, do Código Penal Brasileiro, considera-se também em legítima defesa o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.
- Se o indivíduo pratica fato tipificado como crime amparado por alguma excludente de ilicitude, não será punido pelo excesso praticado, seja ele doloso ou culposos.
- A doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, quando o agente era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, excluem a ilicitude da conduta.

- O estado de necessidade pode ser alegado mesmo por quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.

10. (CRS PM MG – 2021) Segundo o Decreto-Lei nº 2848/1940, que institui o Código Penal Brasileiro e tendo em vista as penas aplicáveis no Brasil, assinale a alternativa INCORRETA:

- Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro.
- As penas aplicáveis no Brasil são: privativas de liberdade, restritivas de direitos, e de multa.
- Quando o agente for condenado a penas privativas de liberdade cuja soma seja superior à pena máxima aplicada no Brasil, devem elas ser unificadas para atender ao limite de 30 (trinta) anos.
- Quando, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, o agente, ao invés de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa, responde como se tivesse praticado o crime contra aquela, atendendo-se às disposições referentes ao erro sobre a pessoa. No caso de ser também atingida a pessoa que o agente pretendia ofender, aplica-se a regra do concurso formal de crimes.

11. (CRS PM MG – 2021) Pedro, funcionário público, e João são desafetos de longa data. Certo dia, após uma longa jornada de serviço, Pedro decide aproveitar seu momento de descanso em um bar próximo à sua residência, momento em que João, que também estava no estabelecimento, ofende a honra subjetiva de Pedro. Diante das ofensas, Pedro decide se vingar de João e acabar com o problema matando João. Para tanto, Pedro saca uma arma de fogo e dispara contra João, contudo, erra o alvo e atinge Gabriel, funcionário do bar, ferindo-o no braço de forma leve. Diante do caso apresentado e tendo em vista as normas contidas no Decreto-Lei nº 2848/1940 - Código Penal Brasileiro, Pedro praticou, em tese:

- Homicídio tentado e lesão corporal consumada.
- Homicídio na forma tentada.
- Lesão corporal culposa.
- Lesão corporal leve.

12. (CRS PM MG – 2021) No dia 15/01/2021, João levou seu aparelho celular a uma loja de reparos para consertar a entrada do carregador. Na data prevista para retirada do bem, ao comparecer ao estabelecimento, João foi informado de que um funcionário da loja, que estava na posse legítima do aparelho, havia apropriado-se do bem, ao receber a informação de sua demissão. Diante dos fatos narrados e tendo em vista as normas contidas no Decreto-Lei nº 2848/1940, Código Penal Brasileiro, é CORRETO afirmar que o funcionário da loja de reparos, em tese, praticou o crime de:

- Furto.
- Roubo.
- Estelionato.
- Apropriação indébita.

13. (CRS PM MG – 2021) João e Maria estavam em um motel na região metropolitana de Belo Horizonte, quando, após praticarem relação sexual, observaram uma luz piscando na lateral do quarto. Ao se aproximarem, verificaram que a luz era proveniente de uma câmera que estava voltada para a cama do motel, e que teria filmado a relação sexual dos dois, sem o devido consentimento destes. Diante desse cenário e considerando as normas previstas no Decreto-Lei nº 2848/1940 (Código Penal Brasileiro), João e Maria foram vítimas do crime de:

- a) Violação sexual mediante fraude.
- b) Registro não autorizado da intimidade sexual.
- c) Assédio sexual.
- d) Importunação sexual.

14. (CRS PM MG — 2021) De acordo com as regras previstas no Decreto-Lei nº 1.001/1969 - Código Penal Militar, marque alternativa CORRETA:

- a) Pelos resultados que agravam especialmente as penas só responde o agente quando os houver causado dolosamente.
- b) Há crime militar ainda que o agente o pratique em estrito cumprimento do dever legal.
- c) Nos crimes em que há violação do dever militar, o agente não pode invocar coação irresistível senão quando física ou material.
- d) No crime tentado pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime, diminuída de um a dois terços, não podendo o juiz, em nenhuma hipótese, aplicar a pena do crime consumado.

15. (CRS PM MG — 2021) Considerando o previsto no Decreto-Lei nº 1.001/1969 - Código Penal Militar, em relação à extinção da punibilidade, marque a alternativa CORRETA:

- a) No caso de concurso de crimes ou de crime continuado, a prescrição é referida, não à pena unificada, mas à de cada crime considerado isoladamente.
- b) A prescrição da ação penal começa a correr do dia em que o crime se consumou, mas no caso do crime tentado, do dia em que se iniciou a atividade criminosa. Em relação aos crimes permanentes, do dia em que cessou a permanência e nos crimes de falsidade, da data em que o fato se tornou conhecido.
- c) A extinção da punibilidade ocorre, dentre outras causas, pela prescrição da ação penal, a qual, no curso do processo é interrompida pela instauração do processo, pela sentença condenatória recorrível e pela prática de outro crime pelo militar acusado.
- d) A prescrição da execução das penas acessórias começa a correr do dia em que se passa em julgado a sentença condenatória ou a que revoga a suspensão condicional da pena ou o livramento condicional.

16. (CRS PM MG — 2021) Considerando os crimes contra a autoridade ou disciplina militar previstos no Decreto-Lei nº 1.001/1969 - Código Penal Militar, analise as assertivas:

- I. No crime de violência contra superior a pena prevista será a de detenção. Entretanto, se o superior é comandante da unidade a que pertence o agente, ou oficial general, a pena será de reclusão.
- II. No crime de praticar violência contra superior, se da violência resulta lesão corporal, aplica-se, além da pena de violência, a do crime contra a pessoa.
- III. A reunião de militares armados, agindo contra a ordem recebida de superior, ou negando-se a cumpri-la configura o crime de motim, com a pena aumentada da metade para os cabeças.
- IV. A recusa em obedecer a ordem do superior sobre assunto ou matéria de serviço, ou relativamente a dever imposto em lei, regulamento ou instrução configura o crime de desobediência previsto no art. 301 do CPM.
- V. O crime de desrespeito a superior somente se configura caso seja cometido na presença de outro militar.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I, II e V estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, IV e V estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

17. (CRS PM MG — 2021) Comete o crime de deserção, previsto no Decreto-Lei nº 1.001/1969 - Código Penal Militar, o militar que se ausentar, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de oito dias, com pena de detenção, de seis meses a dois anos e, se oficial, a pena é agravada. Na mesma pena incorre o militar que, EXCETO:

- a) Consegue exclusão do serviço ativo ou situação de inatividade, criando ou simulando incapacidade.
- b) Deixa de se apresentar a autoridade competente, dentro do prazo de oito dias, contados daquele em que termina ou é cassada a licença ou agregação ou em que é declarado o estado de sítio ou de guerra.
- c) Der asilo a desertor, ou tomá-lo a seu serviço, ou proporcionar-lhe ou facilitar-lhe transporte ou meio de ocultação, sabendo ou tendo razão para saber que cometeu qualquer dos crimes previstos no capítulo da deserção.
- d) Tendo cumprido a pena, deixa de se apresentar, dentro do prazo de oito dias.

18. (CRS PM MG — 2021) Considera-se crime militar toda violação acentuada ao dever militar e aos valores das instituições militares. São propriamente militares os crimes cuja prática não seria possível senão por militar, haja vista ser essa qualidade do agente essencial para que o fato delituoso se verifique. Assim, dentre as alternativas abaixo, assinale a que contém somente crimes propriamente militares.

- a) Desrespeito a símbolo nacional, desacato a militar, despojamento desprezível, aliciação para motim ou revolta, deserção.
- b) Recusa de obediência, descumprimento de missão, abandono de posto, motim e revolta, violência contra superior.
- c) Embriaguez em serviço, desacato a superior, oposição à ordem de sentinela, violação de sigilo funcional, resistência mediante ameaça ou violência.
- d) Desrespeito a superior, tráfico de influência, violência contra militar de serviço, publicação ou crítica indevida, dormir em serviço.

19. (CRS PM MG — 2021) Considerando os crimes contra a administração militar previstos no Decreto-Lei nº 1.001/1969 - Código Penal Militar, marque a alternativa CORRETA:

- a) Responderá pelo crime de concussão, aquele que desviar, em proveito próprio ou de outrem, o que recebeu indevidamente, em razão do cargo ou função, para recolher aos cofres públicos.
- b) Aquele que falsifica, no todo ou em parte, documento público ou particular, ou altera documento verdadeiro, desde que o fato atente contra a administração ou o serviço militar, comete o crime de falsidade ideológica.
- c) O crime de corrupção ativa consiste em receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes de assumi-la, mas em razão dela vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- d) No peculato culposo se houver a reparação do dano antes da sentença irreccorrível ocorrerá a extinção da punibilidade. Caso a reparação do dano seja posterior à sentença irreccorrível, a pena imposta será reduzida da metade.

20. (CRS PM MG — 2021) De acordo com o previsto na Convenção Americana de Direitos Humanos: Pacto São José da Costa Rica, de 1969, enumere a segunda coluna de acordo com a primeira e a seguir, marque a única alternativa que contém a sequência de respostas CORRETA, na ordem de cima para baixo.

- 1. Todos os cidadãos devem gozar dos seguintes direitos e oportunidades: a) de participar da condução dos assuntos públicos, diretamente ou por meio de representantes livremente eleitos.

2. Toda pessoa tem direito a que se respeite sua integridade física, psíquica e moral.
 3. Ninguém pode ser objeto de ingerências arbitrárias ou abusivas em sua vida privada, em sua família, em seu domicílio ou em sua correspondência, nem de ofensas ilegais à sua honra ou reputação.
 4. Não se pode restabelecer a pena de morte nos Estados que a hajam abolido.
- () Direito à integridade pessoal
 () Direitos políticos
 () Direito à vida
 () Proteção da honra e da dignidade

Marque a alternativa que contém a sequência CORRETA de respostas, na ordem de cima para baixo:

- a) 1, 2, 3, 4.
- b) 3, 1, 4, 2.
- c) 4, 2, 3, 1.
- d) 2, 1, 4, 3.

21. (CRS PM MG – 2021) Em relação à **Convenção Americana de Direitos Humanos**, também chamada de **Pacto de São José da Costa Rica**, o texto aprovado em 1969 reconheceu direitos civis e políticos relevantes. Quanto ao direito à liberdade pessoal prevista no art. 7º do referido Pacto, marque a alternativa CORRETA:

- a) Toda pessoa detida ou retida deve ser informada das razões da detenção e notificada, sem demora, da acusação ou das acusações formuladas contra ela.
- b) Crimes classificados como hediondos permitem a detenção ou encarceramento arbitrários, haja vista a gravidade da conduta.
- c) Toda pessoa presa, detida ou retida deve ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz ou outra autoridade autorizada por lei a exercer funções judiciais e tem o direito de ser julgada em prazo razoável, porém não será posta em liberdade se a conduta praticada for grave.
- d) Ninguém deve ser detido por dívidas, inclusive em casos de mandado de autoridade judiciária competente expedidos em virtude de inadimplemento de obrigação alimentar.

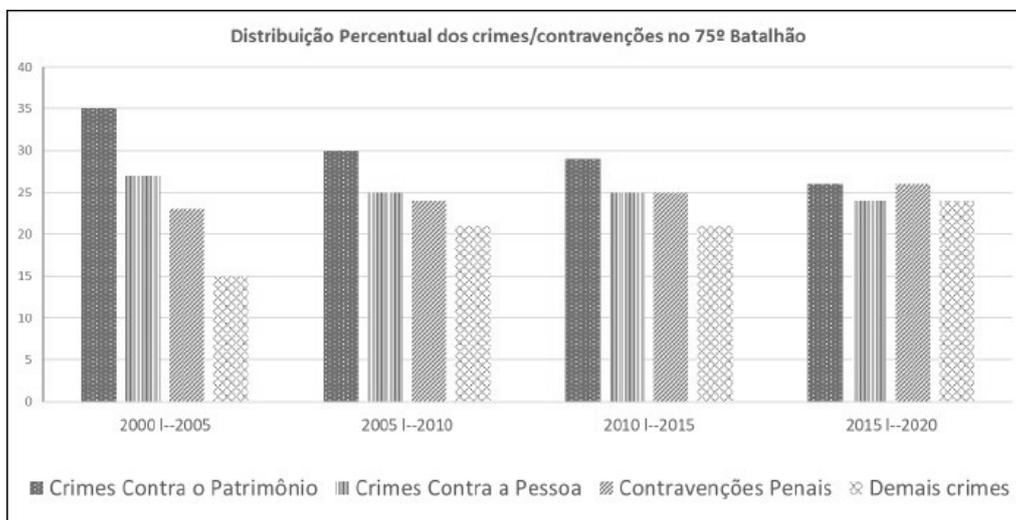
22. (CRS PM MG – 2021) Considerando o que dispõe a **Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH)**, também chamada de **Pacto de São José da Costa Rica**, de 1969, sobre o direito à integridade pessoal prevista no art. 5º da referida norma, analise as assertivas abaixo:

- I. A pena não pode passar da pessoa do delinquente.
- II. As penas privativas de liberdade devem ter por finalidade essencial a punição social dos condenados.
- III. Os menores, quando puderem ser processados, devem ser separados dos adultos e conduzidos a tribunal especializado, com a maior rapidez possível, para seu tratamento.
- IV. Os processados devem ficar separados dos condenados, salvo em circunstâncias excepcionais, e devem ser submetidos a tratamento adequado à sua condição de pessoas não condenadas

Estão CORRETAS as assertivas:

- a) II e IV, apenas.
- b) I, III e IV, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) III e IV, apenas.

23. (CRS PM MG – 2021) O gráfico a seguir mostra a distribuição percentual dos crimes e contravenções no 75º Batalhão de Polícia Militar:



Dados Hipotéticos